

| 373 | DA PAISAGEM AO PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO:
POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE
TERRITÓRIO & PODER E CULTURA & PAISAGEM

João Paulo Schwerz

Resumo

Se *território* está para *poder* assim como *paisagem* está para a *cultura*, e sendo todos estes conceitos tão fundamentais e debatidos continuamente por diversos campos do conhecimento, há relações certamente ainda não desvendadas ou esclarecidas a contento que possibilitariam explorar a complexidade que persiste nos termos, ou ainda suas afinidades com outros conceitos ou práticas. A proliferação recente dos debates sobre a *paisagem* e sua apropriação por outras disciplinas, ao mesmo tempo em que sujeita o conceito a aplicações ambíguas, oferecem a possibilidade de novas afinidades teóricas e novos empregos. Reconhecendo os avanços que a *paisagem* tem demonstrado para o planejamento e a gestão de territórios em diversos países, busca-se neste artigo considerar relações teóricas entre *território e poder* e *cultura e paisagem*, fomentando a necessidade de integrar a *paisagem* como meio de entendimento do território capaz de promover desenvolvimento social e econômico com equilíbrio ambiental, portando qualidade ao espaço e à vida. Mais além, procura-se aqui embasar sua utilização enquanto categoria de análise e apoiar a discussão e a elaboração de métodos práticos que possam balizar processos de *planejamento territorial* em diferentes escalas, também em nosso país.

Palavras-chave: Território e Paisagem, Paisagem e Planejamento territorial.

Introdução

A noção “moderna” pela qual entendemos *paisagem* é relativamente recente. Tudo indica que esta surge, no ocidente, somente no final do século XV, forjada para designar a representação de parte de um país¹. Sem embargo, o certo é que a *paisagem* tem sido motivo de interesse sucessivo ao longo da história da humanidade, com maior ou menor protagonismo, de acordo com os paradigmas aceitos em cada contexto. Assim, a *paisagem* foram atribuídos diferentes papéis: deixa de ser entendida como meio hostil para se tornar estímulo e cenário para as manifestações humanas, passando a ter um status contemplativo, ou até mesmo servindo como referência de um ambiente ideal, em alguns casos já perdido. Esta ligação sensível também vai se manifestar por meios tão diversos quanto expressões artísticas de todos os tipos (literatura, pintura, música, mais recentemente fotografia e cinema, etc.), quanto por posições políticas e manifestações populares, além de formas de atuação e/ou transformação mais ou menos intensas e rápidas sobre ela.

¹ Alain Roger explica, em nota de rodapé, que a palavra aparece pela primeira vez em francês (*paysage*), em 1493, no *Dictionnaire étymologique et historique du français* de J. Dubois, H. Mitterand e A. Dauzat, que atribui o significado à um poeta holandês que o utiliza para designar um “quadro que representa um país” (**Jardins et paysages**, Paris, Larousse, 1996, p.93) in: (ROGER, 2009, p. 24)

Hoje a *paisagem* aparece como tema de estudo de diversas áreas do conhecimento, como a história, a biologia, a geografia, a arquitetura, a sociologia, a psicologia, as artes, a economia, o planejamento urbano entre muitas outras. O tema passa a ser entendido como uma questão de importância universal, seja pela amplitude que contém sua definição, passando a integrar as discussões com os mais variados temas a que se relaciona, seja fora dos ambientes especializados, tomando parte em instâncias mais comuns de debate. De todos os modos, gradativamente, difunde-se o consenso de que um entorno atrativo, acolhedor e harmonioso gera uma agradável sensação de bem-estar que aumenta notavelmente a qualidade de vida dos cidadãos.

Paradoxalmente, até agora no Brasil a *paisagem* é tratada de forma isolada em políticas e ações no território ou apenas como pano de fundo para o desenvolvimento das atividades humanas. Na academia, apesar da demanda crescente, o número de investigações relacionadas à *paisagem* ainda não recebe a importância que merece pelas possibilidades de correlação com outros conceitos, o que permitiria explorar a complexidade que encerram.

Uma parte importante dos desafios que o *planejamento territorial* enfrenta hoje deve ser abordada a uma escala regional e com uma visão integradora. A realidade mostra que os planos urbanísticos municipais, ainda que bem elaborados e discutidos, muitas vezes não conseguem garantir um *território* com a qualidade paisagística que se deseja, o que faz imprescindível uma estratégia conjunta de abordagem.

Busca-se neste artigo considerar relações teóricas entre *território e poder e cultura e paisagem*, fomentando a necessidade de integrar a *paisagem* como meio de entendimento do território capaz de promover desenvolvimento social e econômico com equilíbrio ambiental, portando qualidade ao espaço e à vida.

A primeira e a segunda partes do artigo apresentam respectivamente uma aproximação conceitual à “território” e à “paisagem”, desmembrando os termos e noções que os compõem. A parte final traça paralelos entre os conceitos previamente destacados buscando corroborar para a utilização da *paisagem* enquanto categoria de análise que embasa a elaboração de métodos práticos que guiem processos de *planejamento territorial* em diferentes escalas.

1. Aproximações conceituais: *território* & *poder*

Sendo um tema central para a Geografia, outras disciplinas também compartilham do interesse pelo conceito ‘território’ por dizerem respeito à espacialidade

humana. Cada uma delas, porém, apresenta uma perspectiva diferenciada, conforme expõe Haesbaert (2004, p.37):

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (...); a Economia, que prefere a noção de espaço à território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (...); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Pode-se adicionar a estas, o interesse da Arquitetura e Urbanismo pela questão, e mais especialmente do Planejamento Urbano e Regional, que tendo estreita ligação com a maioria das disciplinas acima relacionadas, assume como condição própria a preocupação pela intervenção material, sendo também parte ativa da dinâmica que abarca o conceito em questão.

Em geral partindo de – ou simplesmente assumindo – pressupostos teóricos desenvolvidos em campos mais específicos, ‘território’ aparece associado aos mais diversos significados, de acordo com interpretações nem sempre claras que podem muitas vezes confundir mais que esclarecer. Isto acontece porque também na arquitetura e no planejamento é muito comum existirem interações e conflitos entre as diversas perspectivas, tratando-as como complementares, associadas, ou até mesmo como antagônicas. Por outro lado, é possível notar, também, que muitas vezes esta relação é involuntária ou relegada ao ‘senso comum’, cabendo à interpretação (melhor ou pior) do leitor.

Baudelle (2011, p.14) explica que o termo pode comportar sentidos completamente diferentes: “(...) *pode designar uma simples área de extensão de um fenômeno, um espaço de ação social, uma porção da superfície terrestre delimitada que se reserva uma coletividade humana que a maneja em função de suas necessidades ou modo de vida de um grupo social*”. Sendo assim, ‘território’ pode ser utilizado em escalas tão diversas quanto a cotidiana individual ou mesmo referindo-se a extensos grupos ao redor do mundo.

O termo, embora generalizado, é relativamente recente; Passa a ser objeto de especulação intensa apenas nos anos 80, quando retomado pela crescente preocupação social na geografia e na geografia política principalmente, que até então preferia a utilização de ‘região’, ‘meio’ e ‘espaço’ (Claval, p., 1996, p. 7-9; Baudelle, 2011, p. 16-17).

Baudelle (2011, p.15) também expõe um quadro mostrando as mudanças de paradigmas de conceitos e suas abordagens resultantes.

MEIO (Geografia)	ESPAÇO (Geografia)	TERRITÓRIO
Que é relativo ao lugar, de um grupo humano, de uma atividade	Produto social organizado e sistema de relações entre os meios	Espaço apropriado por um grupo social
Termo da geografia clássica	Termo da geografia neopositivista	Termo da geografia social
Importância das relações verticais das sociedades aos seus ambientes naturais	Importância das relações horizontais decorrentes da interdependência entre os meios (distância)	Importância das relações psicológicas e sociológicas (jurídicas) que os homens mantêm com seus espaços
Todas as escalas, principalmente escala local	Todas as escalas	Escala das coletividades humanas
Principalmente utilizada no ensino e na ótica das ciências naturais	Principalmente utilizada na literatura científica e na ótica científica geométrica	Principalmente utilizada em geografia aplicada e na ótica das ciências sociais

Milieu, espace et territoire. Fonte: d'après Mérenne-Schoumaker B., **Analyser les territoires**. Savoirs et outils, Rennes, PUR. Coll 'Didact Géographie', 2002, p.10-13. (Tradução livre).

Baudelle (2011, p. 16) recorre à etimologia do termo para explicar o que defendo por 'dupla filiação' do termo: *jurídica* e *etológica*. O autor faz referência à obra de Maryvone Le Berre (1995) que explica sobre a proveniência latina *territorium*, ou mesmo *terra*, neste caso 'terra apropriada'. A língua francesa, mais modernamente, acaba por dotar o 'território' de uma derivação de dominação sobre determinado espaço, de controle sobre limites materiais ou fronteiras.

Já no século XX, somam-se a estes usos o etológico, desenvolvido a partir de trabalhos que estudam animais em seu meio natural, segundo o qual território passa a significar - também - o espaço dominado por determinado grupo (animal), que logo será apropriado por outras áreas do conhecimento:

Território foi subsequentemente transferido à antropologia, à psicologia (no caso dos direitos humanos) e à sociologia (no caso de grupos mais ou menos marginalizados). Enfim, foi transferido para o estudo dos grupos sociais 'normais' e aos trabalhos geográficos onde se pressupõe, como na etologia, que não existe comportamento social sem território. (LE BERRE, 1995 *apud* BAUELLE, 2011).

Baudelle (2011, p.17) opta por adotar como referência a definição de território concebida por Roger Brunet, René Ferras e Hervé Théry de 2009, na qual o "território é um espaço apropriado por um grupo social (ou mesmo um indivíduo) com sentimento de pertencimento ou

consciência de sua apropriação; é frequentemente também um espaço construído por um grupo assim como espaço de identidade”.

Haesbaert & Limonad (1999) elaboram um panorama das utilizações mais recorrentes de ‘território’, onde demonstram que a amplitude do conceito leva as definições a se apresentarem sob quatro vertentes, comportando as perspectivas *política, cultural, econômica* ou *natural*, conforme a síntese a seguir:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou **jurídico-política** (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes **culturalista**) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;

Econômica (muitas vezes **economicista**): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporando no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo;

Natural (muitas vezes **naturalista**), mais antiga e hoje pouco veiculada às Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Apesar das distinções reconhecidas pelos autores, é necessário contextualizar a dimensão filosófica mais ampla em que se inserem. Partindo deste princípio, Haesbaert (2004) discute dois referenciais teóricos que designou como “binômio materialismo-idealismo” e “binômio espaço-tempo”.

Estes referenciais, por sua vez, também apresentam desdobramentos visíveis. Dentro do que o autor chamou de “materialismo-idealismo” há a perspectiva “parcial”, que enfatiza uma das dimensões, e a perspectiva “integradora”, que considera o território em todas as suas dimensões; por sua vez, o “binômio espaço-tempo” também pode ser reconhecido a partir de duas correntes: uma de caráter absoluto ou relacional, que distingue aspectos *físicos-materiais* dos *social-históricos*, que podem incorporar ou não a dinâmica temporal, e outro a partir da *geograficidade* e *historicidade* do território, ou seja, se trata de um

componente geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente contextualizado (período/ grupo social/ espaço geográfico).

Nota-se, portanto, duas possibilidades iniciais para o tratamento de 'território' assumindo-o como realidade existente (caráter ontológico), além de instrumento de análise (sentido epistemológico): uma que prioriza seu caráter físico-material, e outra referente ao mundo das ideias (ideal).

Tendo, uma conotação fortemente vinculada à 'terra' pela origem do termo, pode-se dizer que a vertente que predomina é aquela que toma o 'território' em sua perspectiva material *"ainda que não obrigatoriamente 'determinada' pelas relações de produção"*. (HAESBAERT, 2004, p.42)

De certa maneira é possível identificar as posturas preponderantes dentro de cada disciplina. A Geografia, por exemplo, tende a privilegiar a dimensão material do território, ao contrário da Antropologia, mais dedicada a explicitar os fenômenos sociais que o configuram como tal. Souza (1995, p. 71) faz referência a autores² provenientes da Geografia que enfatizam mais abertamente a dimensão simbólica do território, mas adverte que:

Mesmo a chamada Geografia Cultural, de emergência relativamente recente, mas que alguns já chegaram a erigir como um novo paradigma, associado à corrente humanística ou idealista de Geografia, prefere utilizar outros conceitos, como lugar e paisagem, para analisar fenômenos ligados à dimensão cultural do espaço. [o que não quer dizer que muitos dos debates sobre **paisagem** e, especialmente, sobre lugar, não encontram vários pontos de correspondência com aqueles relativos ao **território** (...)]. (grifo nosso).

No que pese à disciplina específica que dá origem à este ensaio, já explicitada a posição do ministrante, podem-se acrescentar as reflexões que Souza (1995, p.84) faz sobre 'território' e sua ocupação – que o define em primeira instância – relacionando esta dimensão simbólica com atributos materiais do espaço, porém já superando o pensamento característico dos pioneiros estudos da Geografia³ que associavam mais diretamente tais aspectos:

O **território** surge, na tradicional **geografia política**, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista

² O autor cita os geógrafos franceses Bonnemaizon e Cambrèzy, (1996).

³ Aqui fazemos referência às críticas contemporâneas em relação à corrente iniciada com Ratzel (1844 - 1904) antropogeografia ou *determinismo* -, La Blache (1845 - 1898) Geografia Humana ou *possibilismo* -, e especialmente Carl Sauer (1889 - 1975), apontado como expoente da Geografia Cultural, que deram origem à moderna concepção de 'paisagem' como veremos mais adiante.

como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria irremediavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, **paisagem**). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta –, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas como espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território. (grifo nosso).

Souza (2009, p.61) reafirma a necessidade de definir ‘território’ como categoria científica autônoma. Para ele, a definição de ‘território’ se dá através do ‘poder’, e adverte que as dimensões política, cultural e econômica podem ser distinguíveis, mas nunca separáveis; finalmente, assim censura o que chamou de “*coisificação do território*”:

(...) confundir o território com o substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições “naturais”, etc.) equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espaciais de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem.

Por todos os aspectos apontados, é perceptível a importância – e as possibilidades de relação teórico-conceituais – que o ‘território’ permite, seja no contexto acadêmico ou prático, como mostram seus desdobramentos, por exemplo, nas políticas territoriais ou no planejamento como veremos mais adiante. Ao mesmo tempo, é coerente considerar outras abordagens e conceituações que têm – ou podem ter – aportes igualmente importantes. Souza (2009) manifesta que:

Não é incomum ler ou ouvir coisas que demonstram que, em vez de ser tratado como conceito fundamental *entre vários*, o ‘território’ é, volta e meia, encarado de modo abusivamente “preferencial”, como se ele fosse, *a priori*, mais importante ou rico (...) que conceitos como, por exemplo, ‘lugar’ (...) ou ‘paisagem’. (grifo nosso).

Fica evidente, a partir da análise das diversas correntes, que as diferentes perspectivas sobre o ‘território’ dependem da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Ao mesmo tempo, é importante ter em mente que os conceitos, muitas vezes, crescem em complexidade com o passar do tempo, e estão sujeitos à dinâmica que é própria da evolução do pensamento. Haesbaert (2009, p. 42) considera que “*mais do que marcar diferenças, os conceitos devem revelar sua multiplicidade, os elos possíveis com outros conceitos que permitem*

expressar a complexidade das questões que buscam responder”, e indica a tendência de tratamento adotada pelas diversas ciências que se ocupam do ‘território’:

(...) somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.

2. Aproximações conceituais: cultura & paisagem

Conforme visto anteriormente, a base dos debates que relacionam, de alguma maneira, ‘paisagem’, ‘território’ e ‘poder’ surgem na Geografia. Porém, ao contrário de ‘território’, que como evidenciado apresenta ênfase (até o momento) material, a ‘paisagem’ vai mostrar-se como uma opção mais preocupada com os aspectos culturais presentes no espaço.

‘Paisagem’ deriva de uma complexa associação ao longo do tempo com a raiz latina ou *pagus* que pode ser traduzida como sendo *país*, designando originalmente uma unidade territorial galo-romana rural. Diferentemente da *civitas* (cidade), o *pagus* agrupa habitações isoladas que juntas formam burgos ou vilarejos. À época medieval tratava-se de uma subdivisão territorial integrada a um condado. A derivação *paganus* (do campo) está na origem do termo *pagão*, assim como do termo *paysan* (do país).

O termo aparece pela primeira vez no final do século XV⁴, na França, usado para designar uma representação (quadro/ parte) de ‘país’, que segundo Roger (2008, p.21-30) decorre do exemplo holandês (*landschapt*) que busca representar um país segundo uma acepção – não estética – de uma delimitação territorial. Este mesmo autor explica que a palavra *paisagem* “cuja construção a partir da palavra *país*” irá servir de modelo a todas as línguas europeias e pode ser encontrada em muitas das línguas ocidentais: *land-landscape* (inglês), *Land-Landschaft* (em alemão), *landschapt* (holandês), *landskap* (sueco), *landkal* (dinamarquês), *pays-paysage* (francês), *país-paisaje* (espanhol), *paese-paesaggio* (italiano) e inclusive em grego moderno – *topos-topio*.

O uso de ‘paisagem’ enquanto categoria de análise do espaço pode ser considerado tão recente quanto o de ‘território’, sofrendo grande interesse a partir do início do século XX, a partir das discussões de geógrafos alemães e franceses distinguidos como

⁴ Alain Roger explica, em nota de rodapé, que a palavra aparece pela primeira vez em francês (*paysage*), em 1493, no *Dictionnaire étymologique et historique du français* de J. Dubois, H. Mitterand e A. Dauzat, que atribui o significado à um poeta holandês que o utiliza para designar um “quadro que representa um país” (**Jardins et paysages**, Paris, Larousse, 1996, p.93) in: (ROGER, 2009, p. 24)

naturalistas. Duas abordagens foram recorrentes em se tratando de 'paisagem' conforme observado por Ribeiro (2006, p.10), uma que prioriza a *morfologia* da paisagem, estabelecida no início do século XX, e aquela voltada para a *simbologia* da paisagem, que começa a ganhar destaque no final dos anos 1960 e ficou conhecida dentro da geografia como eixo do movimento humanista.

A primeira abordagem tem como análise o método morfológico, desenvolvido pelo geógrafo americano Carl O. Sauer (1889 - 1975), e apresenta uma análise da paisagem em suas formas materiais, demonstrando a preocupação em investigar como a cultura humana, por meio de seus artefatos materiais, *transforma* essa paisagem. A segunda corrente de pensamento da paisagem está voltada para seus aspectos simbólicos, destacando a subjetividade na pesquisa como característica principal.

De fato, é somente na década de 70 que 'paisagem' é retomada como conceito de forma sistemática. Um dos principais responsáveis por este renascimento é Augustin Berque (1942 -), que a partir de meados da década de 80 sustentou a ideia de que a paisagem é *marca*, porque expressa uma civilização, mas também é *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja, da cultura, esquemas que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Embora existam ainda autores contemporâneos inclinados à análise conjunta mas não totalmente integrada de 'paisagem' e 'território', ou natureza e sociedade, é perceptível que a distância existente entre o entendimento da paisagem como estudo morfológico e o entendimento da paisagem como estudo simbólico não encontra espaço na atual noção de 'paisagem', por ser justamente na relação entre a forma e seu valor como símbolo que reside o avanço desta aproximação conceitual.

Com algumas dissonâncias típicas de um conceito ainda em fase de afirmação, a 'paisagem' acaba por ser adotada em diversos campos do conhecimento, tal qual 'território': Geografia, Sociologia, Biologia (e Ecologia mais especialmente), Artes, Arquitetura, História, Planejamento, Economia, entre outras.

Muitos autores da Geografia, por exemplo, já apresentam reflexões entre 'paisagem' e 'território' com uma perspectiva que revisa os estudos pioneiros a respeito. Souza (2009, p. 60-61), afirma que o 'território' está para o 'poder', assim como 'lugar' e 'paisagem' estão para a 'cultura'.

Santos (1998) dedica-se a mostrar certas associações de conceitos e expõe que muitas vezes confunde-se 'paisagem' com 'espaço' ou 'território'. Um avanço muito importante nas proposições deste autor é evidenciar a dimensão temporal da 'paisagem'

afirmando que ela é “suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, (...) é um conjunto de formas heterogêneas [naturais e artificiais], de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”. Outra importante contribuição é sua análise desta dinâmica segundo o tipo de transformação que geram na paisagem, definidas assim como “estruturais” e “funcionais”.

Da mesma forma Echániz (2008, p. 203) também aponta relações entre ‘território’ e ‘paisagem’: “A paisagem não é outra coisa que a expressão do território e de seus processos”. E assim como outros se aplica sobre a dinâmica da ‘paisagem’ para demonstrar as aplicações desta categoria em afinidade com o ‘território’.

Uma das vertentes mais aceitas atualmente, provinda do campo da Filosofia, mas largamente utilizada como referências para nas diversas Ciências, é aquela que afirma que ‘paisagem’ só existe a partir da mediação cultural⁵. É justamente neste ponto que os conceitos de ‘território’ e ‘paisagem’ coincidem com grande força.

Da mesma forma que o ‘território’, a concepção contemporânea de ‘paisagem’ integra as dimensões política, econômica e cultural, inseparáveis neste contexto de análise. Mas, se por um lado, o ‘território’ aparece definido pelas relações de ‘poder’, a dimensão cultural que é a condição *sine qua non* para que se configure a ‘paisagem’.

Uma diferença fundamental entre os dois conceitos, se consideramos que nem todas as correntes ‘territoriais’ assumem a dimensão temporal, é que para ‘paisagem’, a dinâmica é uma constante imprescindível. Este fator, embora torne essa aproximação mais complexa, mostra-se muito apropriada para correlações com aplicações práticas, como para o planejamento territorial.

Sabaté (2008, p.252) explana que o legado de Sauer e outros⁶, sobre paisagens e cultura acaba alcançando, no final do século XX, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), mas com uma preocupação muito mais administrativa, política e de preservação do que acadêmica ou orientada à intervenção. Nasce, portanto, segundo este autor, a partir “de uma crescente preocupação com o patrimônio”.

Já na década de 70, essa preocupação resulta em inúmeras iniciativas, principalmente na Europa, que buscaram tratar amplos ‘territórios’ cheios de vestígios

⁵ Essa é, por exemplo, a teoria desenvolvida por teóricos como Augustin Berque e Alain Roger, entre outros.

⁶ Sabaté ressalta alguns autores que aportaram muito à construção do conceito: John Brinckerhoff Jackson, Mark Twain, Walt Whitman, Wilson Homer, George Perkins Marsh e Lewis Mumford (SABATÉ, 2008, P. 249 em diante).

patrimoniais com uma gestão similar à de grandes parques nacionais, observando o componente sociocultural presente.

A percepção da 'paisagem' como portadora de significado cultural tem sido utilizada, mais intensamente nos últimos dez anos, como importante meio de entendimento do 'território' e base para planos de ordenação territorial. Com esse objetivo, e tendo também como preocupação a preservação do patrimônio natural, alguns documentos internacionais foram importantes para a crescente consciência da importância da paisagem, dos quais destacam-se a *Carta da Paisagem Mediterrânea* redigida em Sevilha em 1993 por uma iniciativa conjunta entre Espanha, França e Itália; a *Recomendação R(95)9* sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, proposta pelo Conselho da Europa em 1995; e a *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP), cuja formulação iniciou em 1994 e cujo texto final foi apresentado em Florença em 2000, que tem por objetivo incorporar a dimensão paisagística nas políticas públicas mediante o desenvolvimento de instrumentos de ordenação, gestão e fomento dos valores paisagísticos.

Martins (2008, p.4) sintetiza as conceituações de 'paisagem' destes diferentes textos, ressaltando os enfoques comuns que os balizam: a) Interação entre homem e natureza: a paisagem é expressão formal da relação sensível dos indivíduos e das sociedades em um tempo e um espaço topograficamente definido; b) Percepção do espaço: a paisagem é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território apropriado pelo homem é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; c) Atribuição de valor: a paisagem deve ser considerada portadora de significado cultural, pois por ela são definidas sensibilidades, práticas, crenças e tradições e à ela são atribuídos valores de ordem afetiva, de identidade, estética, simbólica, espiritual ou econômica.

Como consequência dos debates propostos e, principalmente dos resultados que há alguns anos começam a aparecer - novamente com a Europa à frente - outros países têm adotado resoluções semelhantes, ainda que pontuais, de estudo da 'paisagem' para o planejamento e gestão do 'território'. O Brasil, recentemente, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vem desenvolvendo metodologias de proteção de áreas de interesse cultural com base na 'paisagem'.

Apesar do avanço da experiência, tais iniciativas ainda são - como já dito - pontuais. Neste caso específico, a aplicação é direcionada para partes excepcionais do 'território' que se deseja preservar, ao contrário do emprego mais sistemático que busca compreender a 'paisagem' de todo o 'território' para elaborar e atingir objetivos precisos de qualidade de acordo com cada 'paisagem'. Melhor explicando, todo o 'território' é

‘paisagisticamente’ importante e coberto por algum tipo de regulamentação, tratado conforme as características próprias de cada ‘paisagem’ e que não coincidem, necessariamente, com a divisão político-administrativa tradicional. Exemplificando: uma *paisagem degradada* terá (provavelmente) objetivos e regulamentações de recomposição; uma *paisagem produtiva* será contemplada pela manutenção ou potencialização de suas qualidades e probabilidades econômicas; enquanto um parque protegido – uma *paisagem naturalizada* – terá restrições mais sérias de uso e ocupação; uma *paisagem urbanizada* receberá um tratamento compatível com sua dinâmica. Em uma comparação arriscada, pode-se dizer que funciona como um *plano diretor* em escala ampla, levando em consideração toda a complexidade que a ‘paisagem’ enquanto categoria de análise possibilita, com a distinção de valores econômicos, estéticos, históricos, simbólicos, etc., incluindo a possibilidade (necessidade diria) de participação efetiva local e todos os reflexos que estes podem ter sobre o planejamento e a gestão de determinado território.

3. Território, paisagem e planejamento

A obra intitulada “Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial” publicada pelo Ministério de Integração Nacional em 2005, resultado das oficinas realizadas dois anos antes demonstra o esforço recente que vem se fazendo para construção de um ordenamento territorial em ampla escala, que seja articulado e que promova desenvolvimento sustentável em nosso país.

Por outro lado, na própria apresentação da citada publicação, fica claro o longo caminho que ainda temos em se tratando de planejamento do território (MI, 2005, p.5):

Com efeito, em que pese a Constituição de 1988, contemplar o ordenamento territorial em suas disposições (artigo 21, inciso IX), o Brasil ainda não dispõe de um sistema nacional integrado que hierarquize e possibilite uma ação coordenada dos diferentes níveis de governo no território. Em seu lugar, há uma grande diversidade de planos, projetos, leis e instrumentos isolados de intervenção, adotados ora pela União, ora pelos Estados e Municípios, frequentemente de forma conflitante.

Baudelle (2011, p. 16 – tradução nossa) mostra que a origem da noção de planejamento territorial está ligada à filiação jurídica e etológica do território como conceito, a partir da associação de três sentidos: “*ligação ao poder (do proprietário), de área dominada por controle territorial e de limites materializados por suas fronteiras*”.

Conforme a lógica apresentada por Baudelle (2011, p.18), o *planejamento* é necessário para que determinado território se desenvolva. O *desenvolvimento territorial*, por sua vez, tem como objetivo – na atual conjuntura mundial – tornar o ‘território’ atrativo e competitivo pela valorização dos recursos próprios, a partir dos próprios atores em combinação com as preocupações econômicas, sociais, ambientais regrando sobre suas estruturas espaciais.

Recobrando o raciocínio dos autores anteriormente debatidos, que afirmam de que o ‘território’ prescinde de uma dimensão política, delimitada pelo ‘poder’, adiciona-se a posição de Sánchez (1992, p.67) que ilustra que o ‘poder’ para alcançar os objetivos a que se propõe, necessita do espaço-território, *“já que vemos que as relações de poder, enquanto relações sociais somente podem desenvolver-se a partir da apropriação de um território”*.

Seguindo com a lógica apresentada pelo mesmo autor, se o ‘poder’ necessita da estrutura social presente no território para se manifestar, ele busca adequar essa estrutura social a seus objetivos; Da mesma maneira, deve buscar adequar – ou planejar – o espaço-território, sendo que este não é neutro ante os distintos usos que dele se fazem, mas que para cada uso deve proceder-se a transformação em um espaço social coerente com os objetivos globais.

Assumindo também que a falta de planejamento sobre o território não deixa de ser um tipo de ‘política’ que pode apresentar (via de regra apresenta) desdobramentos no espaço-território, é plausível que se afirme que este impõe condições à atuação do poder.

Neste contexto, Sánchez (1992, p.67) aponta que a apropriação do espaço-território, implica o reconhecimento social a seu uso por um agente (indivíduo, grupo, sociedade, etc.): *“Nos processos de apropriação socialmente aceitos, tal reconhecimento se baseia em formas legais⁷/ culturais de uso, assumidas pela sociedade”*.

Retomando a ideia, também tratada anteriormente, de que a ‘paisagem’ se configura por mediação cultural, ou ainda, que é portadora de aspectos culturais – ou seja – próprios – do ‘território’ (e da sociedade que nele se insere), parte-se para a seguinte e ousada associação:

Se o ‘território’ é definido pelo ‘poder’, que necessita de uma ‘estrutura social’ para existir e deve adequar-se a ela para se manifestar, através de processos de apropriações baseados em formas ‘culturais’, a ‘paisagem’ é adequada enquanto instrumento de análise do

⁷ A aceitação de leis não pode deixar de ser considerada como uma manifestação formalizada a partir de construções culturais de um grupo social geográfica e historicamente contextualizado.

espaço já que o conceito avança no sentido de considerar enfaticamente tais aspectos para a 'ordenação' daquele 'território'.

Referências & bibliografia:

BAUELLE, Guy; GUY, Catherine; MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernardette. **Le Développement Territorial en Europe – Concepts, enjeux et débats. Collection Didact Géographie.** Presses Universitaires de Rennes: Rennes, 2011. 281 p.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84.

CARGNIN, Antônio Paulo. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais.** 2011. 317 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/ RS, 2011. Disponível: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36791/000817775.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés.** Paris: Armand Colin, 2007.

FERREIRA, Henrique Villa da Costa. **Os Avanços e Desafios da Política De Desenvolvimento Regional e Novas Possibilidades de Intercâmbio com a União Europeia.** ParaOnde!?. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Nº5 (ed. Especial), p. 176-183, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/24468/14120>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

FERREIRA, Henrique V. Os avanços e desafios da política de desenvolvimento regional e novas possibilidades de intercâmbio com União Européia. In: **II Seminário Reforma do Estado e Território. Políticas Territoriais na Europa e no Brasil.** (2.: 2010 : Porto Alegre, RS). [Anais]. / Coord. Aldomar A. Rückert. [et al.]. – Porto Alegre, RS: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Fim dos territórios ou novas territorialidades?** In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) *Identidades: Recortes Multi e Interdisciplinares.* Campinas: Mercado de Letras. 2002.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização.** *GEO UERJ*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1. sem. 1999.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space.** Tradução: Donald N. Smith. Blackwell Publishing (USA), 1991. p. 454 p.

MADERUELO, Javier (dir.). **Paisaje y Territorio.** Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2008.

MADERUELO, Javier (dir.). **Paisaje y Pensamiento.** Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2006.

MARTINS, Marina Cañas. **Paisagem em Circulação: O Imaginário e o Patrimônio Paisagístico de São Francisco do Sul em Cartões-Postais (1900-1930).** Dissertação de Mestrado: PROPUR/ UFRGS, 2008.

NOGUÉ, Joan (ed.). **El paisaje en La cultura contemporánea.** Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2008.

ORTIZ, Renato. **Um Outro Território: ensaios sobre a mundialização**. 2ª ed., ampliada. São Paulo, SP: Olho d'Água, 1999. 206 p.

RAFFESTIN, Claude. **Dalla Nostalgia del Territorio al Desiderio di Paesaggio - Elementi per una teoria del paesaggio**. Alinea Editrice: Firenze, 2005.

RÜCKERT, Aldomar A. **Políticas Territoriais Contemporâneas na Europa e no Brasil/ Mercosul. ParaOnde!?**. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Nº5 (ed. Especial), p. 176-183, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/24458/14110>>. Acesso em: setembro de 2012.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Usos do território e política territoriais contemporâneas: alguns cenários no Brasil, união Europeia e Mercosul. In: **Transformações Territoriais: experiências e desafios**. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2010. P. 17-37.

_____. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: **Para Pensar uma Política de Ordenamento Territorial**. Brasília, MI, 2005. P.31-39.

_____. **Reforma do Estado e tendências de reestruturação territorial. Cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul**. 2001. São Paulo, (Tese de Doutorado) - USP/FFLCH/PPGH. 2001. 662p.

SABATÉ, Joaquín. Paisajes Culturales y Proyecto Territorial. (p.249 -273). In: NOGUÉ, Joan (ed.). **El paisaje en La cultura contemporánea**. Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2008.

SACK, Robert. **Territorialidade Humana: Sua Teoria e sua História**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton ET al. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ Anpur, 1994, p.15-28.

SOUZA, Marcelo Lopez de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo César C; CORRÊA, Roberto L. (Org.) In: Geografia: Conceitos e Temas. Bertrand Brasil: 11ª Ed.,1995.

_____. **Território da Divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, Marcos A. e SPOSITO, Eliseu S. (Org.) Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2009.

_____. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias de et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995.

_____. **Fim dos territórios ou novas territorialidades?** In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) **Identities: Recortes Multi e Interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras. 2002.